ATA 03, AUDIÊNCIA PÚBLICA
DIA 26 FEVEREIRO DE 2026

No dia 26 de fevereiro de 2026, às 8h43, a vice-presidente do Conselho Municipal de Saúde de Tianguá, Cleohara Moita, iniciou a reunião dando boas-vindas aos presentes e declarou aberta a reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Tianguá. Destacou que a pauta principal seria a apreciação da prestação dos serviços de saúde ofertados pelo município à população. Também manifestou o desejo de que os trabalhos transcorressem de forma cordial, respeitosa e harmoniosa entre todos os participantes. Ao final, convidou um dos presentes para conduzir a oração do Pai-Nosso antes do início da reunião. Lorena, conselheira e assessora da secretária, deu boas vindas a todos os presentes e fez uma oração. A Vice-Presidente Cleohara informou que conduziria a reunião e estabeleceu orientações para o bom andamento dos trabalhos. Solicitou que todos respeitassem os apresentadores, realizando perguntas e questionamentos somente ao final de cada apresentação, a fim de evitar interrupções e preservar a sequência lógica das exposições. Destacou ainda que os questionamentos deveriam estar relacionados ao tema que estivesse sendo apresentado no momento, para garantir maior organização e efetividade dos debates. Esclareceu que demandas fora do contexto poderiam ser registradas e posteriormente encaminhadas aos setores competentes, mas não seriam discutidas naquele momento. Em seguida, deu início às apresentações, passando a palavra à servidora Amanda. Antes das apresentações, Quintina, conselheira, pediu a palavra e parabenizou Cleohara por sua formatura em enfermagem e desejou sucesso e convidou a todos para missa do sogro da sua filha, que fazia um mês de seu falecimento. Todos aplaudiram. Cleohara abriu 5 vagas para os informes. A conselheira Maria Eliane Araújo Miranda informou ao plenário sobre o recebimento, pelo Conselho Municipal de Saúde, de convite para participação em sessão realizada na Câmara Municipal, destinada à discussão de pautas relacionadas às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Relatou que participou da sessão na condição de representante do Conselho Municipal de Saúde e que, durante os debates, recebeu manifestação da vereadora Nadir Nunes afirmando que ela "não representava nada naquele momento". Diante do ocorrido, Eliete questionou o respeito à representação institucional do Conselho Municipal de Saúde e solicitou que a Secretaria Executiva encaminhasse ofício à Câmara Municipal, ao seu Presidente, aos demais vereadores e à vereadora envolvida, requerendo retratação pública. Argumentou que a declaração foi feita em ambiente público e institucional, durante o exercício legítimo de sua função representativa, defendendo que eventual retratação ocorra com a mesma publicidade dada à manifestação original, em respeito ao Conselho Municipal de Saúde e às relações institucionais entre os órgãos públicos. Ao final, entregou formalmente a demanda à Mesa Diretora para as providências cabíveis. A Vice-Presidente Cleohara esclareceu que a solicitação apresentada por Eliete deveria ser submetida à apreciação do plenário do Conselho Municipal de Saúde, uma vez que as decisões do Conselho são tomadas de forma colegiada e compartilhada, não cabendo deliberação individual da Secretaria Executiva. Ressaltou a importância da gestão participativa e da autonomia do Conselho Municipal de Saúde. Em seguida, submeteu ao plenário a proposta de encaminhamento de ofício à Câmara Municipal solicitando retratação pública em relação à manifestação mencionada por Eliete. Destacou que a representação do Conselho na sessão da Câmara ocorreu de forma legítima, mediante convite formal encaminhado à instituição. Após consultar os conselheiros, verificou não haver manifestações contrárias ou abstenções, considerando a proposta aprovada por unanimidade. Por fim, informou que as providências seriam adotadas e deu prosseguimento à pauta da reunião com o início das

apresentações. A Coordenadora da Vigilância Epidemiológica, Amanda, apresentou ao plenário o Plano Municipal de Contingência para Enfrentamento das Arboviroses – 2026, elaborado pela Vigilância Epidemiológica e encaminhado previamente aos conselheiros. Informou que a aprovação do plano e a emissão da respectiva resolução pelo Conselho Municipal de Saúde constituem exigência anual da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará para certificação das ações municipais de enfrentamento às arboviroses, destacando que o município recebeu certificação referente ao plano executado em 2025 e busca a certificação do exercício de 2026. Explicou que o plano tem como finalidade estabelecer diretrizes, organizar estratégias de prevenção, monitoramento e resposta às arboviroses, especialmente durante o período sazonal, assegurando a proteção e promoção da saúde da população. Ressaltou que sua elaboração é baseada em estudos epidemiológicos iniciados ainda no ano anterior, permitindo analisar o perfil epidemiológico do município e planejar ações preventivas antes do período de maior risco. Durante a apresentação, destacou que as arboviroses constituem importante problema de saúde pública, tendo como principal vetor no município o mosquito Aedes aegypti, transmissor da dengue, zika e chikungunya. Informou ainda que há monitoramento da febre do Oropouche, embora a circulação do vetor responsável ainda seja considerada apenas suspeita no município. Amanda enfatizou que as condições climáticas de Tianguá exercem influência direta sobre a proliferação do mosquito transmissor das arboviroses. Explicou que a quadra chuvosa local, que atualmente se estende aproximadamente de janeiro a junho em razão das mudanças climáticas observadas nos últimos anos, favorece a formação de criadouros e o aumento da circulação do vetor. Ressaltou que, por esse motivo, os estudos epidemiológicos e o planejamento das ações de enfrentamento são iniciados ainda no segundo semestre do ano anterior, permitindo antecipar estratégias de prevenção, monitoramento e controle antes do período de maior risco. Destacou ainda que a alternância entre períodos de chuva e sol intenso cria condições favoráveis para o desenvolvimento do mosquito, exigindo vigilância permanente e adaptação contínua das ações de saúde pública. A coordenadora informou que a Vigilância Epidemiológica realiza monitoramento contínuo dos indicadores de saúde do município, analisando diariamente notificações, exames laboratoriais e demais dados epidemiológicos para subsidiar a tomada de decisões e a execução de ações preventivas. Explicou que o trabalho da vigilância é baseado em estudos constantes dos dados municipais, permitindo identificar tendências, prever cenários e planejar respostas adequadas às necessidades locais. Na apresentação dos indicadores epidemiológicos, demonstrou o comportamento das arboviroses entre os anos de 2021 e 2025, destacando que o ano de 2023 registrou o maior número de casos positivos de dengue, com 808 confirmações. Ressaltou que, embora a infestação predial estivesse em níveis considerados baixos naquele período, havia intensa circulação viral, o que exigiu ações específicas de monitoramento e controle. Informou que, a partir da reorganização das estratégias de combate ao vetor, especialmente por meio da substituição do modelo de atuação individualizada por ações em mutirão nas áreas prioritárias, foi possível obter resultados mais rápidos e efetivos. Segundo a coordenadora, essas mudanças contribuíram significativamente para a redução dos casos de dengue observada nos anos seguintes, refletindo a efetividade das ações planejadas e executadas pela equipe. Amanda explicou que o elevado número de notificações realizadas pelas Unidades Básicas de Saúde, UPA e Hospital Municipal demonstra o fortalecimento da vigilância e da capacidade de identificação precoce dos casos suspeitos. Ressaltou que a ampla notificação dos casos contribui para reduzir subnotificações e permite um acompanhamento mais fiel da situação epidemiológica do município. Apresentou ainda os resultados do monitoramento da infestação predial por meio do LIRAa (Levantamento de Índice Rápido para Aedes aegypti) e destacou a implantação de uma importante inovação tecnológica no

município: o monitoramento por ovitrampas. Informou que Tianguá recebeu 92 ovitrampas instaladas em pontos estratégicos da zona urbana, permitindo identificar precocemente áreas com maior concentração de ovos do mosquito e direcionar as ações de controle de forma mais eficiente e antecipada. Detalhou o fluxo de vigilância, notificação, coleta de exames e acompanhamento dos casos suspeitos de arboviroses, enfatizando que todas as notificações devem ser investigadas e acompanhadas. Informou que as amostras laboratoriais são encaminhadas ao Laboratório Central de Saúde Pública do Ceará (LACEN), responsável pela identificação dos vírus circulantes. Destacou que, atualmente, o sorotipo predominante da dengue em circulação no município é o tipo 2. A coordenadora apresentou também a estrutura da rede de atendimento envolvida no enfrentamento das arboviroses, composta pelas Unidades Básicas de Saúde, Hospital e Maternidade Madalena Nunes, Unidade de Pronto Atendimento (UPA), Vigilância Epidemiológica, Vigilância Entomológica, Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, ressaltando a integração entre atenção primária, secundária e terciária. Explicou que o plano está estruturado em seis componentes fundamentais: vigilância epidemiológica, combate ao vetor, assistência à saúde, educação em saúde, comunicação social e gestão. Destacou a importância da atuação intersetorial envolvendo diversas secretarias municipais, entre elas Educação, Infraestrutura, Meio Ambiente, Agricultura e Comunicação, para execução das ações de prevenção, mobilização social, limpeza urbana, educação em saúde e conscientização da população. Por fim, ressaltou que os resultados obtidos nos últimos anos demonstram a efetividade das estratégias adotadas pela gestão municipal e pelas equipes de vigilância e assistência à saúde, evidenciando a importância da manutenção das ações integradas previstas no Plano Municipal de Contingência para Enfrentamento das Arboviroses 2026. Ao encerrar sua apresentação, colocou-se à disposição dos conselheiros para esclarecimento de dúvidas e considerações. Cleohara passa para as perguntas. A conselheira Eliete parabenizou a apresentação do Plano Municipal de Contingência para Enfrentamento das Arboviroses, porém manifestou preocupação quanto à ausência de aprovação do Código Sanitário Municipal pela Câmara Municipal. Destacou que a falta desse instrumento legal dificulta o trabalho das equipes de Vigilância em Saúde e de combate às endemias, uma vez que limita a adoção de medidas coercitivas e punitivas contra pessoas que mantêm práticas que favorecem a proliferação de vetores e colocam em risco a saúde pública. Ressaltou que, apesar dos esforços contínuos realizados pelas equipes de campo, a inexistência do Código Sanitário reduz a efetividade das ações de fiscalização e controle, comprometendo a execução plena das estratégias previstas no plano. Diante disso, sugeriu que a gestão municipal volte a oficiar a Câmara Municipal, buscando providências quanto à apreciação e aprovação do Código Sanitário, considerando sua relevância para o fortalecimento das ações de vigilância e proteção da saúde da população. Ao final, reforçou a importância do referido instrumento para garantir maior efetividade no enfrentamento das arboviroses no município. O ACS Cleano reforçou a importância da aprovação do Código Sanitário Municipal, destacando que essa é uma demanda antiga dos profissionais que atuam no combate às endemias. Ressaltou que a ausência desse instrumento legal dificulta a adoção de medidas mais efetivas contra situações que favorecem a proliferação do mosquito, citando como exemplos terrenos baldios, sucatas, borracharias e o descarte inadequado de pneus em áreas públicas, locais que frequentemente acumulam água e se tornam potenciais criadouros do Aedes aegypti. Relatou sua experiência em ações de educação e conscientização sobre dengue, mencionando um projeto desenvolvido durante sua formação em Licenciatura em Biologia, realizado em parceria com estudantes e com a comunidade local. Segundo ele, o trabalho obteve resultados positivos por meio do diálogo, da confiança e do envolvimento comunitário, resultando inclusive na elaboração e publicação de um artigo científico. Destacou

ainda a importância das parcerias entre saúde e educação para fortalecer as ações preventivas, informando sua intenção de colaborar em atividades educativas nas escolas. Enfatizou que o enfrentamento da dengue é uma responsabilidade coletiva e não apenas dos profissionais de saúde, sendo necessária a participação ativa da população, das instituições e dos órgãos públicos. Por fim, observou que ações pontuais de limpeza e mutirões, embora importantes em determinadas situações, não substituem a responsabilidade individual dos cidadãos na manutenção de seus imóveis e na eliminação de criadouros. Ressaltou o papel fiscalizador dos conselheiros de saúde e a importância de encaminhar ao Conselho as demandas relacionadas à prevenção e ao controle das arboviroses. O conselheiro Leandro parabenizou a apresentação realizada pela coordenadora Amanda e reconheceu o trabalho desenvolvido pelas equipes de combate às endemias no município. Em seguida, solicitou esclarecimentos sobre as ações práticas executadas em campo para o combate ao mosquito transmissor das arboviroses, questionando quais atividades são efetivamente realizadas pelas equipes junto à população. Também demonstrou interesse em conhecer quais localidades ou bairros apresentam maior incidência de casos e infestação, buscando compreender melhor a situação epidemiológica do município. Além disso, pediu explicações mais acessíveis sobre alguns termos técnicos apresentados durante a exposição, especialmente sobre o LIRAa (Levantamento de Índice Rápido para Aedes aegypti) e as ovitrampas, para que os conselheiros pudessem compreender melhor a metodologia utilizada pela Vigilância em Saúde no monitoramento e controle do mosquito. Por fim, questionou a localização e o funcionamento do laboratório municipal responsável pela coleta e encaminhamento dos exames relacionados às arboviroses, buscando confirmar se o serviço está instalado no local onde anteriormente funcionava o centro de testagem da Covid-19. Todos responderam que sim, é onde é o centro de testagem da Covid-19. Em resposta aos questionamentos apresentados, Amanda esclareceu que as ações práticas de enfrentamento às arboviroses já vêm sendo executadas conforme previsto no Plano Municipal de Contingência, incluindo busca ativa de casos, monitoramento epidemiológico, planejamento estratégico, ações preventivas, controle vetorial e acompanhamento dos pacientes acometidos pelas doenças. Ressaltou que o plano tem justamente a finalidade de organizar e orientar as ações que serão desenvolvidas ao longo do ano. Sobre a ausência do Código Sanitário Municipal, informou que, independentemente de sua aprovação, o município desenvolve suas ações com base em protocolos técnicos, estudos epidemiológicos e planejamento contínuo, contando com o apoio da gestão municipal para atender às necessidades identificadas pelas equipes de vigilância em saúde. Amanda destacou que os resultados apresentados demonstram a efetividade das ações realizadas, evidenciada pela redução expressiva dos casos positivos de arboviroses nos últimos anos. Ressaltou que esse resultado é fruto do trabalho integrado das equipes de saúde, vigilância epidemiológica, endemias e demais setores envolvidos. Informou ainda que existe uma atuação intersetorial entre as secretarias municipais, especialmente com a Secretaria de Meio Ambiente, para identificação e eliminação de possíveis criadouros do mosquito. Explicou que os agentes de endemias realizam levantamentos em campo, registram e fotografam áreas com necessidade de limpeza, roçagem ou retirada de materiais que possam acumular água, encaminhando essas informações aos setores responsáveis para adoção das providências necessárias. Destacou também que o município conta com empresa contratada para a coleta de pneus e outros materiais que possam favorecer a proliferação do vetor. Por fim, esclareceu que o LIRAa (Levantamento de Índice Rápido para Aedes aegypti) é um método de monitoramento baseado na contagem de larvas encontradas durante as inspeções realizadas pelos agentes de endemias, permitindo identificar o nível de infestação do mosquito no município. Já as ovitrampas realizam o monitoramento a partir da contagem de ovos do mosquito, possibilitando detectar

precocemente áreas de maior risco e direcionar as ações preventivas com maior antecedência. Informou que os índices atuais do município permanecem dentro de parâmetros considerados satisfatórios, mesmo durante o período chuvoso, permitindo o acompanhamento contínuo e o planejamento adequado das ações de controle. A conselheira Eliete esclareceu que, em nenhum momento, questionou os resultados alcançados pelas equipes de Vigilância em Saúde e de combate às endemias, reconhecendo e parabenizando o trabalho desenvolvido pelos profissionais. Ressaltou, contudo, que sua preocupação estava relacionada à ausência do Código Sanitário Municipal, que considera um instrumento fundamental para fortalecer as ações de fiscalização e responsabilização de pessoas que contribuem para situações de risco à saúde pública. Defendeu que a aprovação do Código Sanitário permitiria ao município adotar medidas mais efetivas contra práticas inadequadas, como o descarte irregular de pneus e outros materiais que favorecem a proliferação do mosquito transmissor das arboviroses. Argumentou que não é justo que a administração pública arque sozinha com os custos e esforços para corrigir problemas causados por atitudes irresponsáveis de particulares, sem que existam mecanismos adequados de punição e responsabilização. Eliete reforçou que o Conselho Municipal de Saúde deve continuar cobrando a aprovação do Código Sanitário junto aos órgãos competentes, considerando-o uma ferramenta essencial para a proteção da saúde coletiva. Destacou ainda que, caso existam pendências ou necessidade de ajustes na proposta, estas devem ser resolvidas com a maior brevidade possível, diante dos riscos representados pelas arboviroses para a população. Ao final, reafirmou seu reconhecimento ao trabalho realizado pela coordenação da Vigilância Epidemiológica e pelas equipes de saúde, mas defendeu que a aprovação do Código Sanitário é indispensável para fortalecer as ações preventivas e garantir maior proteção à população de Tianguá, ressaltando que o objetivo principal deve ser a promoção da saúde e a prevenção das doenças e sem passar pano pra ninguém. Amanda esclareceu que, em nenhum momento, afirmou que a gestão municipal não considera importante a aprovação do Código Sanitário ou que não tenha interesse em sua implementação. Ressaltou que apenas informou não possuir conhecimento atualizado sobre a fase de tramitação em que o referido instrumento se encontra. Destacou que reconhece os desafios relacionados à necessidade de fortalecimento dos mecanismos de fiscalização e controle sanitário, mas enfatizou que as ações atualmente desenvolvidas pela Vigilância em Saúde e pelos demais setores envolvidos demonstram o compromisso da gestão com o enfrentamento das arboviroses e a proteção da saúde pública. Por fim, afirmou que as medidas e estratégias executadas no município evidenciam que o trabalho está sendo realizado de forma efetiva, e sem passar pano pra ninguém e agradeceu as contribuições apresentadas durante o debate. A Vice-Presidente Cleohara, diante das discussões sobre a importância do Código Sanitário Municipal, propôs que o Conselho Municipal de Saúde formalizasse uma recomendação para o envio de novo ofício à Câmara Municipal, com o objetivo de solicitar informações sobre a tramitação e a situação atual do Projeto do Código Sanitário. A proposta foi submetida à apreciação dos conselheiros presentes, não havendo manifestações contrárias nem abstenções. Dessa forma, a recomendação foi aprovada por unanimidade pelo plenário, ficando deliberado que o Conselho Municipal de Saúde encaminhará ofício à Câmara Municipal solicitando esclarecimentos e atualização sobre o andamento do Código Sanitário, em atenção à relevância do tema para as ações de vigilância e proteção da saúde pública no município. Eliete pediu urgência em todos os ofícios enviados pelo conselho. A Vice-Presidente Cleohara informou que os ofícios encaminhados pelo Conselho Municipal de Saúde seguem o prazo habitual de resposta adotado pelas instituições, estimado em até 10 dias. Em seguida, registrou que as deliberações e aprovações relacionadas ao tema discutido haviam sido concluídas, dando prosseguimento à pauta da reunião. Antes de iniciar a próxima apresentação, solicitou que a

expositora realizasse sua fala de forma clara, objetiva e acessível, para facilitar a compreensão dos conselheiros. Também parabenizou os participantes pela condução respeitosa dos debates e destacou o compromisso do Conselho Municipal de Saúde e dos presentes em manter um ambiente de respeito, cordialidade e consideração com todos os convidados e expositores. Por fim, concedeu a palavra à próxima apresentadora para dar continuidade aos trabalhos. A coordenadora do CAPS II, Gisélia, assistente social e atuante na política de saúde mental do município desde 2013, apresentou ao Conselho Municipal de Saúde os resultados alcançados pelo serviço por meio das metas previstas no Relatório Anual de Gestão (RAG). Inicialmente, destacou que o CAPS II realizou 477 novos atendimentos de pacientes, mantendo como foco a humanização, a equidade e a garantia de assistência especializada em saúde mental. Ressaltou ainda a forte articulação com a Rede de Atenção à Saúde (RAS) e demais instituições parceiras, incluindo Atenção Primária, Hospital, UPA, CRAS, CREAS, Conselho Tutelar, Judiciário, Ministério Público e Conselho Municipal de Saúde, contabilizando 431 ações integradas com a rede. Informou que foram realizados 66 matriciamentos em saúde mental junto às equipes da Atenção Básica, superando inclusive as metas recomendadas pela Coordenação Regional de Saúde Mental (COADS). Destacou também a realização de 110 ações de educação em saúde e salas de espera, utilizadas como espaços de acolhimento, orientação e informação aos usuários sobre o funcionamento dos serviços. No âmbito do acompanhamento domiciliar, registrou a realização de 1.120 visitas domiciliares, possibilitadas pelo veículo disponibilizado ao serviço. Informou ainda a realização de 52 encontros terapêuticos, além de 10 assembleias com usuários, familiares e cuidadores, espaços destinados à escuta, avaliação e participação dos usuários na organização dos serviços ofertados pelo CAPS. Quanto à estrutura de recursos humanos, informou que houve ampliação da equipe com a incorporação de novos profissionais, incluindo psicóloga e cozinheira, fortalecendo o atendimento prestado. Também destacou a realização de atividades de educação permanente para os trabalhadores do serviço e a oferta contínua de capacitações voltadas ao aperfeiçoamento da assistência. Gisélia ressaltou a importância da articulação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), destacando a existência de 10 leitos de saúde mental no Hospital São Camilo, destinados ao atendimento de pacientes em situação de crise, além da integração entre CAPS, Atenção Básica, Hospital, UPA, SAMU e Resgate para garantir o fluxo adequado de atendimento aos usuários. Destacou a implantação e funcionamento dos novos serviços especializados do município, com a inauguração do CAPS Infantil e do CAPS AD (Álcool e Drogas) em 2025, ressaltando que anteriormente todas essas demandas eram absorvidas pelo CAPS II, gerando sobrecarga assistencial. Um dos principais avanços destacados pela coordenadora foi a criação da Coordenação Municipal de Saúde Mental, considerada por ela um marco histórico para o fortalecimento da política de saúde mental em Tianguá. Relatou que, durante muitos anos, o município não possuía coordenação específica para articular a Rede de Atenção Psicossocial, o que gerava dificuldades organizacionais, sobrecarga das equipes e fragilidade nos processos de trabalho. Segundo Gisélia, a criação da coordenação permitiu maior integração entre os serviços, definição de protocolos, organização das atividades profissionais, supervisão técnica e fortalecimento do diálogo entre os diversos pontos da rede de atenção. Informou também que o município avançou na implantação do Prontuário Eletrônico, permitindo maior integração das informações entre CAPS, Atenção Primária e demais serviços da rede, favorecendo o acompanhamento compartilhado dos usuários. Em relação à assistência farmacêutica, registrou o cadastramento de 1.550 pacientes usuários de medicamentos especializados de alto custo, além do acompanhamento de 312 pacientes em uso de medicação injetável, garantindo monitoramento contínuo e suporte multiprofissional. A coordenadora destacou ainda as parcerias estabelecidas com instituições de ensino superior, entre elas UNINTA,

Faculdade ViaSapiens e FACIB, que possibilitaram atividades de estágio, formação profissional e integração ensino-serviço, contabilizando 28 atividades de preceptoria de campo. Informou que algumas metas previstas dependem de ações estruturantes do Ministério da Saúde ou da gestão municipal, como a construção de sede própria para o CAPS, implantação de programas de geração de renda para usuários e realização de conferências específicas de saúde mental. Também apresentou dados relacionados à vigilância em saúde do trabalhador, registrando sete notificações de transtornos mentais relacionados ao trabalho, além da participação do serviço em ações de monitoramento e notificação de agravos vinculados à saúde mental. Ao final, apresentou registros das diversas atividades realizadas pelo CAPS ao longo do período, incluindo campanhas do Setembro Amarelo, visitas domiciliares, eventos comemorativos, atividades terapêuticas, ações comunitárias, salas de espera e momentos de integração social com os usuários, ressaltando a importância dessas iniciativas para a promoção da saúde mental, fortalecimento dos vínculos e inclusão social dos pacientes acompanhados pelo serviço. Concluiu afirmando que os avanços obtidos nos últimos anos refletem o fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial de Tianguá, a ampliação dos serviços especializados e o compromisso das equipes com uma assistência humanizada, integral e de qualidade à população. Cleohara abriu para os questionamentos. A conselheira Quintina parabenizou as apresentações realizadas durante a reunião, destacando a qualidade dos materiais apresentados e a melhoria na organização e visualização dos dados em comparação com anos anteriores, o que, segundo ela, facilitou o acompanhamento das informações pelos conselheiros. Em sua manifestação, ressaltou os avanços alcançados na área da saúde do município, reconhecendo o trabalho desenvolvido pela gestão municipal, pela Secretaria Municipal de Saúde e pelas equipes dos serviços apresentados. Destacou especialmente os progressos observados na política de saúde mental, enfatizando que demandas históricas do setor, anteriormente discutidas e reivindicadas pelas equipes, passaram a ser efetivamente implementadas. A conselheira também reconheceu o empenho dos profissionais que atuam na Rede de Atenção Psicossocial, ressaltando a importância da criação e fortalecimento das coordenações e serviços especializados em saúde mental no município. Por fim, parabenizou toda a equipe envolvida pelos resultados apresentados, destacando a competência e o comprometimento dos profissionais na melhoria da assistência à população. A conselheira Eliete parabenizou a equipe do CAPS pelo trabalho desenvolvido no município e destacou a importância do serviço na assistência às pessoas com transtornos mentais. Relatou sua experiência pessoal como familiar de usuário do serviço, informando que acompanha o tratamento de seu irmão há muitos anos e que, desde a implantação do CAPS em Tianguá, ele passou a ser assistido pela equipe local, recebendo acompanhamento contínuo e especializado. Durante sua fala, manifestou preocupação e indignação com declarações atribuídas a uma autoridade municipal, que teriam utilizado expressões consideradas ofensivas em referência aos usuários dos serviços de saúde mental. Eliete ressaltou que tais manifestações desconsideram o trabalho realizado pelos profissionais do CAPS e atingem diretamente os pacientes e seus familiares, defendendo a importância do respeito, da inclusão e da valorização das pessoas em sofrimento psíquico. A conselheira destacou que o CAPS desempenha papel fundamental na promoção da dignidade, do acolhimento e do cuidado humanizado, contribuindo para a qualidade de vida dos usuários e de suas famílias. Reforçou seu reconhecimento ao trabalho da equipe e lamentou que comentários dessa natureza possam gerar sofrimento e estigmatização para os pacientes atendidos pelo serviço. Ao final, solicitou esclarecimento à coordenadora Gisélia sobre os dados apresentados, questionando se o quantitativo de 477 novos pacientes correspondia exclusivamente aos atendimentos realizados pelo CAPS II. Em resposta ao questionamento da conselheira Eliete, Gisélia esclareceu que os 477 novos

pacientes apresentados nos indicadores referem-se exclusivamente ao CAPS II, sendo resultado do somatório dos atendimentos realizados ao longo dos três quadrimestres do período avaliado. Explicou que esses usuários são considerados novos pacientes por estarem ingressando pela primeira vez no serviço, passando inicialmente pelo processo de acolhimento realizado pela equipe multiprofissional. Informou que esses atendimentos podem ocorrer tanto por demanda espontânea quanto por encaminhamento das Unidades Básicas de Saúde. A coordenadora ressaltou que o fluxo atual da Rede de Atenção Psicossocial prevê a estratificação dos casos, de forma que situações menos complexas, como determinados quadros de ansiedade, sejam inicialmente acompanhadas pela Atenção Primária à Saúde. Destacou que, durante o acolhimento no CAPS, é realizada uma avaliação criteriosa para identificar o nível de risco e a necessidade de acompanhamento especializado, definindo se o paciente permanecerá em tratamento no CAPS ou se poderá ser acompanhado pela equipe da Atenção Básica. Por fim, enfatizou que esse processo de avaliação e classificação busca garantir que cada usuário receba o cuidado mais adequado às suas necessidades, fortalecendo a integração entre o CAPS e a rede municipal de saúde. Cleano ACS, parabenizou a Gisélia por sua luta e seu trabalho, que graças a ela, conseguiram uma saúde mental melhor. Gisélia enfatizou que agradece a gestão também por ouvi-la e fazer por onde e o conselho municipal, no final ela diz "conseguimos, no plural". O conselheiro Leandro destacou a importância da busca por uma sede própria para o CAPS, ressaltando que a concretização dessa demanda depende não apenas das instâncias superiores, mas também da mobilização e reivindicação dos órgãos e representantes locais. Enfatizou que o Conselho Municipal de Saúde deve atuar de forma ativa na defesa dessa pauta, contribuindo para que a necessidade seja levada ao conhecimento das esferas competentes e possa receber a devida atenção. A enfermeira Sabrinna, coordenadora da Central de Regulação de Tianguá há pouco mais de um ano e também conselheira municipal de saúde, apresentou o Relatório Quadrimestral da Central de Regulação, destacando os principais indicadores e avanços alcançados ao longo de 2025. Inicialmente, apresentou os dados referentes aos exames de média e alta complexidade realizados pelo município. Informou que, no terceiro quadrimestre de 2025, foram realizados 6.452 exames especializados, incluindo procedimentos como ressonâncias magnéticas, tomografias, endoscopias, colonoscopias e outros exames diagnósticos. No acumulado do ano, foram realizados 18.931 exames de média e alta complexidade. Em relação às consultas especializadas, informou que foram agendadas 2.589 consultas médicas especializadas no terceiro quadrimestre, totalizando 7.624 consultas ao longo de 2025, abrangendo especialidades como ortopedia, ginecologia, neurologia, endocrinologia, entre outras. Sabrinna destacou como principal avanço da Central de Regulação a implantação do processo de informatização e descentralização dos serviços, iniciado em 2025. Explicou que, inicialmente, foi utilizado um sistema de digitalização das solicitações e, posteriormente, implantado o sistema Vitus, permitindo que os procedimentos passassem a ser inseridos diretamente pelas equipes das Unidades Básicas de Saúde. Com isso, o usuário deixou de precisar se deslocar até a Central de Regulação para protocolar exames ou consultas, passando a realizar todo o processo em sua própria unidade de saúde. Ressaltou que, ao final de 2025, o município alcançou 100% das unidades de saúde descentralizadas, transformando cada unidade em um ponto de entrada para os serviços regulados, reduzindo filas presenciais e facilitando o acesso da população. Informou também que todas as solicitações encaminhadas à regulação passam por avaliação de um médico auditor, que realiza a classificação de risco dos pacientes em níveis de prioridade, permitindo que os agendamentos sejam realizados conforme critérios clínicos e de urgência. Outro avanço destacado foi a implantação da comunicação com os usuários por meio do WhatsApp, através do envio de mensagens informando agendamentos e procedimentos. Sabrinna ressaltou a importância da

atualização dos contatos dos usuários nas Unidades Básicas de Saúde, considerando que a falta de telefones atualizados é uma das principais dificuldades enfrentadas pela Central de Regulação para localizar os pacientes. No tocante às especialidades médicas, informou que o município mantém a contratação de profissionais para áreas estratégicas, incluindo neuropediatria, cirurgia geral, obstetrícia de alto risco e oftalmologia, complementando a oferta de serviços disponibilizados pela rede estadual, especialmente por meio da Policlínica Regional. Apresentou ainda os dados referentes aos exames laboratoriais, informando que foram agendados 29.821 atendimentos laboratoriais ao longo do ano, demonstrando crescimento progressivo da oferta de serviços durante os quadrimestres avaliados. Quanto às cirurgias eletivas, destacou que foram realizadas 569 cirurgias no terceiro quadrimestre, totalizando 1.377 cirurgias ao longo de 2025. Ressaltou que o município vem ampliando significativamente a oferta de procedimentos cirúrgicos, incluindo cirurgias ortopédicas, neurocirurgias, cirurgias bariátricas, cirurgias gerais e outros procedimentos que anteriormente exigiam encaminhamento para outros municípios e longos períodos de espera. Por fim, informou que novas especialidades cirúrgicas, como a área de urologia, estão sendo incorporadas à oferta de serviços do município. Concluiu destacando que o aumento do número de exames, consultas, procedimentos laboratoriais e cirurgias demonstra o fortalecimento da Central de Regulação e a ampliação do acesso da população aos serviços especializados de saúde. A conselheira Quintina parabenizou a coordenadora Sabrinna e toda a equipe da Central de Regulação pelos avanços alcançados na organização e no acesso aos serviços especializados de saúde. Destacou que as melhorias observadas nos atendimentos e nos processos de regulação demonstram a evolução dos serviços ofertados à população, ressaltando a importância de reconhecer e valorizar os resultados positivos apresentados. Relatou sua experiência pessoal como usuária dos serviços de saúde do município, mencionando atendimentos recebidos na UPA, onde destacou a agilidade, o acolhimento e a qualidade da assistência prestada pelos profissionais. Também elogiou a ampliação da oferta de cirurgias especializadas e dos serviços regulados, observando que muitos procedimentos que anteriormente exigiam deslocamentos para outros municípios passaram a ser realizados com maior facilidade. Aproveitou a oportunidade para reforçar a necessidade de ampliação da oferta de atendimento em urologia no município, destacando que pacientes com problemas renais enfrentam dificuldades para acesso a consultas e procedimentos especializados. Relatou sua condição de saúde relacionada a cálculos renais e manifestou a expectativa de que o município avance na disponibilização dessa especialidade, beneficiando não apenas sua situação pessoal, mas também outros usuários que necessitam de acompanhamento urológico. Ao final, reiterou os parabéns à gestão municipal, à Secretaria de Saúde e aos profissionais que atuam nos diversos serviços da rede, reconhecendo o empenho das equipes e os avanços alcançados na assistência à população. Sabrinna agradeceu as palavras de reconhecimento da conselheira Quintina e aproveitou a oportunidade para destacar mais um avanço implantado na Central de Regulação. Informou que atualmente diversos procedimentos já podem ser agendados diretamente nas Unidades Básicas de Saúde, permitindo que os usuários saiam da consulta com seus exames previamente marcados, sem necessidade de deslocamento posterior à Central de Regulação. Entre os procedimentos já contemplados por esse fluxo, citou exames como tomografias, eletroencefalogramas, radiografias (raio-X), além dos exames laboratoriais e ultrassonografias solicitados durante o acompanhamento pré-natal. Ressaltou que essa medida tem contribuído para agilizar o acesso dos pacientes aos serviços especializados, reduzir deslocamentos e facilitar o atendimento à população, fortalecendo o processo de descentralização da regulação no município. Cleano perguntou a Sabrinna, quantas cirurgias estão sendo feitas. Em resposta aos questionamentos sobre as cirurgias ortopédicas, Sabrinna esclareceu

que não possuía naquele momento os números exatos relacionados aos procedimentos realizados, uma vez que, após o encaminhamento dos pacientes para avaliação, o gerenciamento da fila cirúrgica passa a ser acompanhado diretamente pelo hospital responsável. Explicou que a fila de cirurgias ortopédicas é bastante dinâmica, pois muitos procedimentos dependem da disponibilidade de materiais específicos, como próteses, parafusos e outros insumos necessários para a realização das cirurgias. Dessa forma, alguns pacientes permanecem aguardando até que os materiais sejam disponibilizados. Informou ainda que as cirurgias de joelho vêm sendo realizadas regularmente e que, quando os materiais necessários chegam ao hospital, os pacientes são contatados para dar continuidade ao processo e realizar o procedimento cirúrgico. Contudo, destacou que não dispunha, naquele momento, dos quantitativos atualizados dessas cirurgias. Cleano perguntou por causa da espera, e também perguntou sobre a fila de fisioterapia. Sabrinna informou que a fila de espera para fisioterapia no município ainda é extensa, principalmente porque os pacientes costumam permanecer em tratamento por períodos prolongados. Explicou que a abertura de novas vagas geralmente ocorre apenas quando algum usuário recebe alta ou encerra o acompanhamento, o que torna o avanço da fila mais lento em comparação a outros serviços. Ressaltou que essa é uma dificuldade já identificada pela gestão municipal e informou que estão sendo estudadas novas estratégias para ampliar o acesso e melhorar a oferta do serviço de fisioterapia, buscando reduzir o tempo de espera dos pacientes e atender de forma mais eficiente à demanda existente. O conselheiro Cleano relatou situações em que usuários receberam o encaminhamento para realização de exames com prazo muito curto para comparecimento ao laboratório, citando casos em que o exame foi agendado em um dia e a informação chegou ao paciente apenas no dia seguinte, gerando dificuldades para a realização do procedimento e preocupação quanto ao acesso aos medicamentos e ao atendimento adequado. Em resposta, Sabrinna informou que a Central de Regulação identificou a ocorrência de alguns desses casos e já iniciou tratativas junto aos laboratórios credenciados para minimizar os prejuízos aos usuários. Explicou que, quando o exame estiver agendado dentro de determinado mês e o paciente não conseguir comparecer na data inicialmente marcada por falta de comunicação ou outros imprevistos, os laboratórios foram orientados a realizar o atendimento em outra data dentro do mesmo período. A coordenadora destacou que o problema já foi discutido em reunião com as equipes da Atenção Básica e que medidas estão sendo implementadas para aperfeiçoar o fluxo de comunicação com os usuários. Informou ainda que haverá um profissional responsável especificamente por esse acompanhamento, com o objetivo de reduzir falhas no processo de informação e garantir maior eficiência no agendamento e realização dos exames. Por fim, afirmou que as melhorias serão gradualmente implementadas e posteriormente apresentadas ao Conselho Municipal de Saúde. A Vice-Presidente Cleohara comentou sobre a elevada demanda por atendimentos de fisioterapia no município, destacando que o aumento expressivo dos acidentes de trânsito, especialmente envolvendo motocicletas, tem contribuído significativamente para o crescimento da fila de espera do serviço. Explicou que os pacientes que iniciam tratamento fisioterapêutico permanecem acompanhados até a alta clínica, o que reduz a disponibilidade de vagas para novos usuários e torna o fluxo de atendimento mais lento. Ressaltou ainda que o número de profissionais e empresas prestadoras do serviço é limitado diante da grande demanda existente. Cleohara observou que períodos festivos e de maior circulação de pessoas tendem a aumentar ainda mais a incidência de acidentes e, consequentemente, a procura por fisioterapia, ampliando a pressão sobre o sistema. Apesar das dificuldades, destacou que houve ampliação da oferta de atendimentos nos últimos anos e que a Secretaria Municipal de Saúde, juntamente com a Central de Regulação e as coordenações responsáveis, vem estudando e implementando estratégias

para melhorar o acesso da população ao serviço e minimizar os impactos da fila de espera. A conselheira Eliete iniciou sua fala parabenizando a coordenadora Sabrinna pelo trabalho desenvolvido à frente da Central de Regulação, reconhecendo seu empenho e dedicação na condução dos serviços. Em seguida, manifestou preocupação com a demanda reprimida existente na área da regulação, especialmente em relação às consultas com especialistas e aos exames laboratoriais. Considerou que o quantitativo de consultas especializadas ainda é insuficiente diante das necessidades da população e destacou a existência de longas filas de espera para algumas especialidades, citando especialmente a ortopedia. Também questionou a situação dos serviços laboratoriais do município, relatando dificuldades observadas pela população em relação à realização de exames e ao fluxo de encaminhamento laboratorial. Demonstrou preocupação com a capacidade de atendimento da rede diante da demanda existente e ressaltou a necessidade de ampliação da oferta desses serviços. Ao final, defendeu a ampliação do número de especialistas disponíveis para atendimento no município e a adoção de medidas que contribuam para reduzir as filas de espera, visando garantir maior acesso da população aos serviços especializados de saúde. Sabrinna esclareceu que a fila para exames laboratoriais sofreu um aumento após o processo de descentralização dos serviços, em razão da maior facilidade de acesso dos usuários, que passaram a solicitar e inserir seus exames diretamente nas Unidades Básicas de Saúde. Segundo ela, essa mudança ampliou significativamente a procura pelos serviços laboratoriais. Apesar do aumento da demanda, informou que a equipe conseguiu avançar consideravelmente na redução da fila ao final do ano e que atualmente os exames classificados como urgentes e de alta prioridade estão sendo agendados e realizados dentro do próprio mês da solicitação. Destacou que a Central de Regulação segue os critérios de priorização estabelecidos pelo SUS, garantindo atendimento preferencial aos pacientes com maior gravidade e necessidade clínica. Explicou que os exames de rotina, por não apresentarem caráter de urgência, podem demandar maior tempo de espera, sendo agendados conforme a disponibilidade das vagas remanescentes. Por fim, afirmou que, embora ainda exista demanda acumulada, o fluxo dos exames laboratoriais tem apresentado melhorias significativas e os casos prioritários estão sendo atendidos de forma adequada, permitindo uma evolução positiva na organização da fila de espera. A conselheira Benedita da Tabainha manifestou seu agradecimento pela implantação da descentralização dos serviços de regulação e marcação de exames nas Unidades Básicas de Saúde, destacando os benefícios dessa mudança para os moradores da localidade de Tabainha e comunidades vizinhas. Relatou que, antes da descentralização, os usuários precisavam se deslocar até a sede do município para realizar marcações, muitas vezes saindo de casa ainda durante a madrugada e enfrentando dificuldades financeiras para custear o transporte. Informou que acompanhava frequentemente pacientes da comunidade nesse processo, especialmente aqueles que não possuíam condições de arcar com as despesas de deslocamento. Destacou que a possibilidade de realizar os procedimentos diretamente na unidade de saúde da comunidade trouxe mais comodidade, acessibilidade e redução dos transtornos enfrentados pelos usuários. Colocou-se ainda à disposição para auxiliar na comunicação com pacientes da região quando necessário, ressaltando seu conhecimento da população local e o contato direto que mantém com os moradores. Por fim, relatou sua experiência prática no setor de marcação, afirmando que tem observado situações em que pacientes agendados não comparecem na data marcada. Informou também que, nos casos em que ocorre algum imprevisto, os laboratórios vêm realizando os exames posteriormente, dentro das possibilidades existentes, contribuindo para evitar prejuízos aos usuários. Sabrinna esclareceu que os exames de média e alta complexidade, assim como grande parte das consultas com especialistas, são serviços cuja responsabilidade principal é do Estado, conforme a organização do Sistema Único de Saúde (SUS). Destacou que o município

atua no encaminhamento, regulação e acompanhamento desses atendimentos, além de oferecer contrapartidas e complementar alguns serviços com recursos próprios para ampliar o acesso da população. Ressaltou que, embora a responsabilidade formal por esses procedimentos seja estadual, a gestão municipal tem buscado fortalecer a oferta de exames e consultas especializadas, realizando investimentos e adotando estratégias para reduzir filas e melhorar o atendimento aos usuários. Por fim, enfatizou que muitas das demandas existentes decorrem justamente da limitação da oferta desses serviços em relação ao volume de pacientes que necessitam de atendimento especializado. Em resposta aos questionamentos sobre a realização de cirurgias no município, o conselheiro Domingos destacou que houve um aumento significativo na oferta de procedimentos cirúrgicos nos últimos anos. Informou que o hospital vem ampliando gradativamente sua capacidade de atendimento, realizando atualmente diversas cirurgias que anteriormente não eram ofertadas à população local. Ressaltou que procedimentos de maior complexidade, especialmente as cirurgias ortopédicas, exigem estrutura específica, materiais especializados, próteses, órteses e equipes capacitadas, o que influencia diretamente o quantitativo de procedimentos realizados. Citou como exemplo as cirurgias artroscópicas, que vêm sendo realizadas regularmente, além de outras cirurgias ortopédicas e procedimentos especializados que antes não eram executados no município. Destacou que o hospital trabalha de forma integrada com a gestão municipal para identificar as principais demandas da população e ampliar gradativamente a oferta dos serviços, buscando atender às necessidades identificadas por meio dos levantamentos realizados pela Secretaria Municipal de Saúde e pela própria unidade hospitalar. Domingos afirmou que Tianguá vem se destacando na realização de cirurgias eletivas e especializadas, tornando-se referência regional em diversos procedimentos. Ressaltou ainda que o hospital atende prioritariamente demandas de média e alta complexidade, respeitando os critérios assistenciais e a classificação de risco dos pacientes. Por fim, reconheceu que, em alguns momentos, o tempo de espera para atendimento pode ser maior em razão da elevada demanda existente, mas enfatizou que a equipe do Hospital São Camilo trabalha continuamente para prestar assistência de qualidade, acolher os pacientes e garantir o melhor atendimento possível à população, dentro da capacidade instalada e dos recursos disponíveis. A conselheira Eliete comentou sobre a situação das cirurgias ortopédicas no município, destacando que tomou conhecimento de informações apresentadas pela Secretária Municipal de Saúde indicando que a gestão acompanha, em tempo real, os pacientes que aguardam procedimentos cirúrgicos. Embora reconheça a importância desse acompanhamento, manifestou preocupação com pacientes que permanecem longos períodos aguardando a realização de cirurgias, especialmente pessoas idosas e com limitações severas de saúde. Relatou casos de pacientes acamados que enfrentam sofrimento prolongado enquanto aguardam a disponibilidade dos materiais e insumos necessários para os procedimentos ortopédicos. A conselheira enfatizou a necessidade de que o monitoramento realizado pela gestão resulte em respostas efetivas para os pacientes que aguardam atendimento, defendendo maior celeridade na resolução dos casos e na disponibilização dos recursos necessários para a realização das cirurgias. Ao final, reforçou seu apelo para que sejam adotadas medidas que reduzam o tempo de espera e minimizem o sofrimento das pessoas que dependem desses procedimentos para recuperação da saúde e melhoria da qualidade de vida. O conselheiro Cleano esclareceu que seu questionamento estava especificamente relacionado ao quantitativo de cirurgias ortopédicas realizadas no município. Explicou que a dúvida surgiu em razão da justificativa apresentada anteriormente para o aumento da demanda por fisioterapia, que estaria relacionada à ampliação da realização de procedimentos cirúrgicos. Ressaltou que, em seu entendimento, grande parte dos pacientes submetidos a cirurgias ortopédicas necessita posteriormente de acompanhamento fisioterapêutico para recuperação

funcional, o que contribui para o aumento da procura pelo serviço. Por isso, solicitou informações sobre o volume dessas cirurgias, buscando compreender melhor a relação entre a ampliação dos procedimentos cirúrgicos e o crescimento da fila de espera para fisioterapia no município. Ao final, informou que seu questionamento tinha apenas o objetivo de obter esse esclarecimento específico. Domingos respondeu 50 cirurgias ortopédicas. Cleano esclareceu que isso não explicava a demora na fila da fisioterapia. Questionou se apenas as cirurgias ortopédicas necessitam de acompanhamento fisioterapêutico, solicitando que fosse corrigido caso existam outras situações que também precisem de fisioterapia. Cleohara esclareceu que não são apenas as cirurgias ortopédicas que demandam fisioterapia. Destacou que existem outras condições de saúde que também necessitam de acompanhamento fisioterapêutico, mesmo sem ocorrência de fraturas. Ressaltou ainda a existência de casos de reincidência, em que pacientes realizam tratamento, recebem alta e, após determinado período, voltam a necessitar de fisioterapia, retornando novamente ao sistema de atendimento. Leandro parabenizou a gestão pela descentralização da regulação, destacando que a mudança trouxe melhorias significativas para a população, que antes precisava se deslocar de madrugada e enfrentar dificuldades para realizar marcações. Ressaltou a importância dessa medida, especialmente para usuários das localidades mais distantes. Em seguida, relatou ter observado dificuldades relacionadas ao atendimento dos usuários prioritários, questionando sobre a organização desse serviço e mencionando que, pelo seu entendimento, determinados atendimentos ocorriam apenas uma vez por semana (Posto III). Sabrinna esclareceu que a organização do fluxo de atendimento dentro das Unidades Básicas de Saúde é de responsabilidade dos gerentes das unidades, em conjunto com a coordenação da Atenção Primária, não cabendo à Central de Regulação definir a forma de funcionamento de cada unidade. Informou que a orientação da Central é que o paciente, após a consulta médica, encaminhe imediatamente suas solicitações ao setor responsável para inserção no sistema, evitando deslocamentos e filas desnecessárias. Ressaltou que a descentralização foi implantada justamente para eliminar filas e facilitar o acesso dos usuários aos serviços. Mas, Leandro estava falando de marcação de médico. Sabrinna informou que diante da situação relatada, informou que a questão poderá ser discutida entre a coordenação da Atenção Primária e a gerência da unidade para avaliação de possíveis ajustes na organização do atendimento. Quintina parabenizou a gestão do Hospital São Camilo, destacando a evolução e o crescimento dos serviços prestados após a administração passar para a instituição. Relatou a experiência positiva de seu pai, atualmente com 95 anos, que realizou cirurgia no hospital e recebeu toda a assistência necessária, agradecendo também aos profissionais envolvidos no atendimento. Comentou que ele voltou a caminhar com auxílio de andador, embora tenha interrompido a fisioterapia após apresentar mal-estar durante uma sessão. Como usuária dos serviços de saúde, afirmou que também já foi atendida diversas vezes no Hospital São Camilo e reconheceu a qualidade da assistência prestada. Destacou compreender a dinâmica de classificação de risco e as prioridades de atendimento, mas observou que situações como crises renais exigem atendimento de urgência devido à intensidade da dor. Ao final, ressaltou que considera o atendimento oferecido pelo Hospital São Camilo de excelência para a população de Tianguá e agradeceu pelos serviços prestados. Tayane, coordenadora do setor de Programas Especiais (GT do Cuidar), apresentou o Relatório de Gestão destacando a importância do setor no acolhimento, humanização e assistência aos usuários da saúde. Explicou que o GT do Cuidar é responsável pela oferta e manutenção de benefícios como fórmulas nutricionais, fraldas geriátricas, bolsas de colostomia, oxigênio domiciliar e órteses e próteses, atuando de forma articulada com o Estado para garantir esses atendimentos. Informou que o setor, criado em 2022, encontra-se plenamente estruturado e em funcionamento, sendo considerado referência para outros municípios. Destacou

que muitos pacientes recebem suporte imediato após alta hospitalar, incluindo fornecimento de cama hospitalar, oxigênio, fórmulas nutricionais e bolsas de colostomia, sendo todos esses serviços mantidos com recursos próprios do município. Sobre o programa de fórmulas nutricionais, explicou que o município oferece acompanhamento nutricional e fornece suporte alimentar para pacientes que necessitam de alimentação enteral. Ressaltou que o serviço é mantido por meio de processos licitatórios e destacou que houve maior controle e organização do setor, permitindo redução significativa dos gastos sem comprometer o atendimento. Informou que, até o final de 2025, foram investidos aproximadamente R$ 1,1 milhão em fórmulas nutricionais e cerca de R$ 17 mil em frascos e equipos para alimentação enteral. Em relação às fraldas geriátricas, esclareceu que atualmente a distribuição ocorre por meio do Programa Farmácia Popular do Brasil, através das farmácias credenciadas no município. Destacou ainda que o setor realiza diariamente o recebimento, análise e atendimento das solicitações apresentadas pelos usuários, promovendo a liberação dos materiais necessários de forma organizada e controlada. Sobre o programa de bolsas de colostomia, informou que o município realiza o cadastramento dos pacientes e articula o atendimento junto ao Centro de Estomizados do Estado. Após avaliação especializada em Fortaleza, os pacientes passam a receber regularmente as bolsas fornecidas pelo Estado, sendo o transporte e a entrega articulados pela Secretaria Municipal de Saúde. Tayane destacou também o serviço de oxigenoterapia domiciliar, informando que o município mantém 62 pacientes em acompanhamento com concentradores de oxigênio fornecidos por meio de contrato de locação. Ressaltou que há equipamentos de reserva disponíveis para atender prontamente novos casos que necessitem do suporte. Quanto ao Projeto Nutri, enfatizou que o setor realiza acompanhamento contínuo dos pacientes, orientando sobre o uso adequado das fórmulas nutricionais e incentivando, sempre que possível, a utilização de dietas artesanais supervisionadas por nutricionistas. Informou ainda que são promovidas capacitações periódicas para cuidadores de pacientes sondados, visando melhorar a qualidade do cuidado domiciliar. A coordenadora ressaltou a forte integração do setor com a Atenção Primária à Saúde, nutricionistas, enfermeiros, agentes comunitários e demais profissionais da rede, destacando que esse trabalho conjunto é fundamental para garantir assistência integral aos pacientes. Também mencionou a participação do setor em capacitações, reuniões técnicas e ações junto à Associação de Pessoas com Deficiência, além da realização de atividades educativas e oficinas voltadas aos usuários e cuidadores. Ao final, afirmou que todas as metas apresentadas foram alcançadas, destacando que o GT do Cuidar continua ampliando e qualificando os serviços ofertados, com foco na humanização, no acolhimento e na melhoria da qualidade de vida dos usuários atendidos pelo município. Cleohara agradeceu a participação de todos e informou que, diante do adiantado da hora, seria realizado o encerramento das apresentações. Em seguida, submeteu ao plenário a aprovação ou não dos relatórios e apresentações realizadas durante a reunião. Não havendo manifestações contrárias nem abstenções, declarou as apresentações aprovadas por unanimidade pelos conselheiros presentes. Por fim, agradeceu a participação de todos e concedeu a palavra à Secretária Municipal de Saúde, Flávia, caso desejasse fazer uso da fala. Flávia iniciou sua fala agradecendo aos conselheiros municipais de saúde, aos profissionais da rede de saúde e a todos os envolvidos nos serviços prestados à população. Destacou que os avanços alcançados pela saúde municipal são resultado do trabalho conjunto de profissionais que atuam na assistência, coordenações, gestão municipal e Conselho Municipal de Saúde, ressaltando que a saúde é construída por muitas mãos. Agradeceu ao prefeito Alex pelo apoio e pela articulação política junto aos governos estadual e federal, enfatizando que muitos dos avanços obtidos dependem da captação de recursos e da viabilização de políticas públicas. Destacou que diversas portarias e programas federais somente podem ser efetivamente implantados quando há recursos

financeiros disponíveis. Como exemplo, citou a implantação dos CAPS e dos leitos de saúde mental no município, informando que, mesmo após mais de um ano de funcionamento dos serviços e do cumprimento de todas as exigências ministeriais, os recursos federais destinados ao custeio ainda não haviam sido repassados. Ressaltou que a gestão municipal continua buscando apoio político e institucional para garantir a liberação desses recursos. Informou ainda que o município aplica recursos próprios acima do percentual mínimo constitucional exigido na saúde, investindo aproximadamente 29% da receita municipal, além dos recursos oriundos de emendas parlamentares, para garantir a manutenção e ampliação dos serviços. Em relação à gestão dos serviços, explicou que acompanha diariamente os indicadores da Secretaria Municipal de Saúde por meio de relatórios, planilhas e sistemas de monitoramento. Esclareceu que acompanha números e indicadores das filas de espera, da Central de Regulação, dos programas assistenciais, dos recursos humanos e dos demais setores da saúde, utilizando essas informações para planejamento e tomada de decisões. Sobre a Central de Regulação, esclareceu que acompanha diariamente os quantitativos das filas e mantém contato constante com os setores responsáveis e com o Hospital São Camilo para buscar soluções que reduzam o tempo de espera dos pacientes. Ressaltou que as filas são monitoradas continuamente e que diversas delas já tiveram significativa redução devido às medidas adotadas pela gestão. Também abordou as dificuldades relacionadas ao contato com os usuários para comunicação de agendamentos. Informou que muitas faltas ocorrem em razão da troca frequente de números telefônicos e da dificuldade de localizar os pacientes. Diante disso, comunicou que a Secretaria pretende adotar o WhatsApp como principal meio de comunicação da Central de Regulação, promovendo uma ampla campanha para atualização dos contatos dos usuários junto às unidades de saúde. Informou ainda que está sendo estudada a disponibilização de um link para atualização dos dados de forma mais rápida e acessível à população. Destacou avanços obtidos na assistência às gestantes, informando que atualmente as pacientes já conseguem sair das unidades de saúde com consultas, exames e demais procedimentos previamente organizados, garantindo maior agilidade e continuidade do pré-natal. Ao final, abordou a questão do concurso público para Agentes Comunitários de Saúde. Explicou que a convocação dos aprovados da área da saúde ainda não havia sido realizada porque era necessário cumprir etapas legais e administrativas. Informou que a gestão pretende ampliar o número de vagas de Agentes Comunitários de Saúde previstas na legislação municipal, passando de 77 para 96 vagas. Esclareceu que a proposta seria submetida ao Conselho Municipal de Saúde, posteriormente encaminhada à Câmara Municipal para alteração da legislação e, em seguida, enviada ao Ministério da Saúde para credenciamento das vagas. Ressaltou ainda que, além da ampliação para 96 vagas previstas na lei municipal, o município pretende solicitar ao Ministério da Saúde o credenciamento de mais 13 vagas adicionais de Agentes Comunitários de Saúde, visando ampliar a cobertura da Atenção Primária e fortalecer a assistência à população. Após a conclusão dessas etapas, será possível dar continuidade às convocações dos aprovados no concurso público. Cleohara, na condição de presidente interina da reunião, submeteu à apreciação e votação da plenária a proposta de ampliação do número de vagas para Agentes Comunitários de Saúde no município. Solicitou que os conselheiros favoráveis permanecessem como estavam e questionou se havia votos contrários ou abstenções. Não havendo manifestações contrárias nem abstenções, declarou a proposta aprovada por unanimidade pelo Conselho Municipal de Saúde. Flávia informou que, após a aprovação pelo Conselho Municipal de Saúde, será elaborada a resolução necessária para que o município possa inserir a ampliação das vagas de Agentes Comunitários de Saúde no sistema do Ministério da Saúde. Explicou que, na próxima sessão da Câmara Municipal, será encaminhado projeto para alteração da lei municipal, ampliando o quantitativo de vagas de ACS de 77 para 96, acreditando que a proposta também será aprovada

pelos vereadores. Destacou que a convocação dos aprovados deverá ocorrer nos próximos meses, estimando que o processo esteja concluído até abril. Esclareceu que, embora tenha sido realizado concurso público, apenas 19 candidatos foram aprovados. Por esse motivo, informou que já encaminhou à Procuradoria Jurídica a solicitação para abertura de um novo concurso público para Agente Comunitário de Saúde, visando suprir as áreas que permaneceram sem candidatos aprovados. Ressaltou que a realização de um novo concurso demanda etapas legais e prazos administrativos, não sendo um processo imediato, podendo levar alguns meses até a publicação do edital. Informou ainda que o município já está adotando as providências necessárias para resolver a situação. Por fim, esclareceu que não serão abertas 96 vagas para convocação imediata, mas apenas as 19 vagas correspondentes aos candidatos aprovados no concurso já homologado. Explicou que a ampliação do número de cargos na lei municipal somente pode ocorrer após a homologação do concurso, motivo pelo qual o procedimento está sendo realizado neste momento, observando os trâmites legais exigidos. Cleohara encerrou a reunião agradecendo a presença de todos os participantes, destacando a importância da participação dos conselheiros, profissionais e demais presentes durante as apresentações e discussões realizadas. Finalizou desejando um bom retorno a todos e declarando encerrados os trabalhos da reunião. E, eu, Maria Thaynara Queroz Nascimento, depois de lida e redigida, lavrei a presente ata. Tianguá, Ceará, vinte e seis de fevereiro de dois mil e vinte e seis.

Estavam presentes na reunião ordinária do dia 26/02/2026:

Representantes do Governo:
Flávia Araújo Cardoso Procópio (Titular - Sec. De Saúde)
Lorena Moita Fonseca Vieira de Souza (Suplente - Sec. De Saúde)
Quintina Rosangela Rodrigues Bevilaqua (Titular - 13ª CRES/ADS)
Anita Saraiva Dornelles Maciel (Suplente - 13ª CRES/ADS)
Maria de Lurdes Pereira Angelim (Titular - Sec. De Educação)
Elizangela Maria Gaspar de Matos (Suplente - Sec. De Educação)
Cyro Henrique Lima dos Santos (Titular - Sec. De Agricultura)
Maria Irandir Guimarães Espindola Portela (Suplente - Sec. De Agricultura)
Valéria Viana Albuquerque (Titular - Sec. De Assistência Social)
Raimundo Valdir da Silva Celestino Junior (Suplente - Sec. De Assistência Social)

Representantes dos Prestadores de Serviço:
Rafael Vieira Lopes (Titular - H.M.M.N)
Domingos Gomes de Lima (Suplente - H.M.M.N)
Talyne Silva Pereira (Titular - Atenção Básica)
Shirley Delian Marques de Vasconcelos (Suplente - Atenção Básica)
Antônia Jocimara Freire de Oliveira (Titular - Prest. De Serviço)
Antonio Jamelli Souza Sales (Suplente - Prest. De Serviço)

Representante dos Profissionais de Saúde:
Amanda Lourenco Tomaz (Titular - Nível Superior)
Daniele Aguiar Machado (Suplente - Nível Superior)
Caroline Mauriz de Moura Costa Feitosa Aragão (Titular - Nível Superior)
Jayne Rocha De Vasconcelos (Suplente - Nível Superior)
Sabrinna Araujo Coimbra Moita (Titular - Nível Superior)

734 Talita Araujo de Medeiros (Suplente - Nível Superior)
735 Mirtania Menezes Vaz (Titular - Nível Médio)
736 Maria do Socorro Carneiro Prado (Suplente - Nível Médio)
737 Maria Clara Sousa de Jesus (Titular - Nível Médio)
738 Cicera Maria Rolim da Silva (Suplente - Nível Médio)
739 Monique Coelho Araújo (Titular - Nível Médio)
740 Antonia Mariano dos Santos (Suplente - Nível Médio)
741 Cleohara Moita Souza (Titular - Agente Comunitários de Saúde)
742 Graciele Tomaz Farrapo (Suplente - Agente Comunitários de Saúde)
743 Cid de Lima Sales (Titular - Agente de Combate as Endemias)
744 Bruno Azevedo de Aguiar (Suplente - Agente de Combate as Endemias)
745 Maria Carliana de Araujo (Titular - Sind.Trab.Rurais)
746 Liliane Fernandes Cardoso da Conceição (Suplente - Sind.Trab.Rurais)
747 Ana Claudia S. da Rocha (Titular - ASMULTI)
748 Maria José da Silva Passos (Suplente - ASMULTI)
749 **Representantes dos Usuários:**
750 Francisca Rejane Sousa Silva (Titular - Usuário Arapá)
751 Manoel Benedito Sampaio (Suplente - Usuário Arapá)
752 José da Silva Passos (Titular - Usuário Pindoguaba)
753 Leni Rodrigues Passos (Suplente - Usuário)
754 Maria de Lourdes da Silva (Titular - Usuário Caruataí)
755 Cristiane Pereira da Silva (Suplente - Usuário Caruataí)
756 Benedita Vieira Fernandes (Titular - Usuário Tabainha)
757 Leandro Joaquim Frota de Araújo (Suplente - Usuário Tabainha)
758 Francisco Eliano de Araújo Silva (Titular - Usuário Governador Ferraz e Santo Antonio)
759 Naiara Carvalho Messias da Silva (Suplente - Usuário Governador Ferraz e Santo Antonio)
760 Maria Eliete Araújo de Miranda (Titular - Usuário CSU)
761 Misleny Marques Aguiar (Suplente - Usuário CSU)
762 Rosa Liduina Portela (Titular - Usuário Frecheiras)
763 Francisca Eliane Rodrigues de Paiva (Suplente - Usuário Frecheiras)
764 Benedita Gentil Muniz (Titular - Pastoral da AIDS)
765 Cecílio Pereira da Silva Neto (Suplente - Pastoral da AIDS)
766 Maria das Dores de Lima (Titular - Comunidade Araticum)
767 Marcelo Gomes da Silva (Suplente - Comunidade Rodoviária)
768 Leandro de Jesus Araújo (Titular - Campo do Laurão e Adjacências)
769 Virginia Maria Ferreira (Suplente - Campo do Laurão e Adjacências)
770 Maria das Dores da Silva (Titular - Usuário Sitio São José)
771 Francisca Florência de C. Cardoso (Suplente - Usuário Sitio São José)
772 Francinete Ferreira Cardoso (Titular - SISMUT)
773 Cleciana Maria de Siqueira (Suplente - SISMUT)
774 Paulo Marques da Silva (Titular - LGBT/Coração Valente)
775 Thiago Sousa Cardoso (Suplente - LGBT/Coração Valente) Antonio Pinheiro do Nascimento (Titular -
776 APAMA/Valparaiso)
777 Antonieta Rodrigues Lima (Suplente - APAMA/Valparaiso)
778 **Convidados (as):**
779 Tayane Vieira Vasconcelos - Coord. do GT do Cuidar

Gisélia Maria Pereira da S. Frota - Coord. do CAPS II
Cleano Alves Araujo - ACS
Maria Carliana de Araujo - STR
Maria Luiza Leite dos Santos - Coord. da Saúde Bucal

Benedita Gentil Muniz
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Tianguá/CE

Maria Thaynara Queroz Nascimento
Maria Thaynara Queroz Nascimento
Sec. Executiva do C.M.S. de Tianguá

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIANGUÁ

Conselho Municipal de Saúde

CMS Conselho Municipal de Saúde de Tianguá

AUDIÊNCIA PÚBLICA - 26 DE FEVEREIRO DE 2026

Nº	NOME	CONDIÇÃO	SEGUIMENTO	ASSINATURA
01	Flávia Araújo Cardoso Procópio	Titular	Sec. De Saúde	
	Lorena Moita Fonseca Vieira de Souza	Suplente	Sec. De Saúde	
02	Quintina Rosangela Rodrigues Bevilaqua	Titular	13ª CRES/ADS	
	Anita Saraiva Dornelles Maciel	Suplente	13ª CRES/ADS	
03	Maria de Lurdes Pereira Angelim	Titular	Sec. De Educação	
	Elizangela Maria Gaspar de Matos	Suplente	Sec. De Educação	
04	Cyro Henrique Lima dos Santos	Titular	Sec. De Agricultura	
	Maria Irandir Guimarães Espindola Portela	Suplente	Sec. De Agricultura	
05	Valéria Viana Albuquerque	Titular	Sec. De Assistência Social	
	Raimundo Valdir da Silva Celestino Junior	Suplente	Sec. De Assistência Social	
06	Rafael Vieira Lopes	Titular	H.M.M.N	
	Domingos Gomes de Lima	Suplente	H.M.M.N	
07	Talyne Silva Pereira	Titular	Atenção Básica	
	Shirley Delian Marques de Vasconcelos	Suplente	Atenção Básica	
08	Antônia Jocimara Freire de Oliveira	Titular	Prest. De Serviço	
	Antonio Jamelli Souza Sales	Suplente	Prest. De Serviço	
09	Amanda Lourenco Tomaz	Titular	Nível Superior	
	Daniele Aguiar Machado	Suplente	Nível Superior	
10	Caroline Mauriz de Moura Costa Feitosa Aragão	Titular	Nível Superior	
	Jayne Rocha De Vasconcelos	Suplente	Nível Superior	

AUDIÊNCIA PÚBLICA - 26 DE FEVEREIRO DE 2026

11	Sabrinna Araujo Coimbra Moita	Titular	Nível Superior	
	Talita Araujo de Medeiros*	Suplente	Nível Superior	
12	Mirtania Menezes Vaz	Titular	Nível Médio	
	Maria do Socorro Carneiro Prado	Suplente	Nível Médio	
13	Maria Clara Sousa de Jesus	Titular	Nível Médio	
	Cicera Maria Rolim da Silva*	Suplente	Nível Médio	
14	Monique Coelho Araújo	Titular	Nível Médio	
	Antonia Mariano dos Santos	Suplente	Nível Médio	
15	Cleohara Moita de Souza	Titular	Agente Comunitários de Saúde	
	Graciele Tomaz Farrapo	Suplente	Agente Comunitários de Saúde	
16	Cid de Lima Sales	Titular	Agente de Combate as Endemias	
	Bruno Azevedo de Aguiar	Suplente	Agente de Combate as Endemias	
17	Maria Carliana de Araujo	Titular	Sind.Trab.Rurais	
	Liliane Fernandes Cardoso da Conceição	Suplente	Sind.Trab.Rurais	
18	Ana Claudia Silva da Rocha	Titular	ASMULTI	
	Maria José da Silva Passos	Suplente	ASMULTI	
19	Francisca Rejane Sousa Silva	Titular	Usuário Arapá	
	Manoel Benedito Sampaio	Suplente	Usuário Arapá	
20	José da Silva Passos	Titular	Usuário Pindoguaba	
	Leni Rodrigues Passos	Suplente	Usuário Pindoguaba	
21	Maria de Lourdes da Silva	Titular	Usuário Caruataí	
	Cristiane Pereira da Silva	Suplente	Usuário Caruataí	

AUDIÊNCIA PÚBLICA - 26 DE FEVEREIRO DE 2026

22	Benedita Vieira Fernandes	Titular	Usuário Tabainha	Benedita Vieira
	Leandro Joaquim Frota de Araujo	Suplente	Usuário Tabainha	Leandro Joaquim
23	Francisco Eliano de Araújo Silva	Titular	Usuário Gov. Ferraz e **Santo Antonio**	
	Naiara Carvalho Messias da Silva	Suplente	Usuário **Gov. Ferraz** e Santo Antonio	
24	Maria Eliete Araújo de Miranda	Titular	Usuário CSU	Eliete Araújo
	Misleny Marques Aguiar	Suplente	Usuário CSU	
25	Rosa Liduina Portela	Titular	Usuário Frecheiras	
	Francisca Eliane Rodrigues de Paiva	Suplente	Usuário Frecheiras	
26	Benedita Gentil Muniz	Titular	Pastoral da AIDS	
	Cecilio Pereira da Silva Neto	Suplente	Pastoral da AIDS	
27	Maria das Dores de Lima	Titular	Comunidade Araticum	
	Marcelo Gomes da Silva	Suplente	Comunidade Rodoviária	
28	Leandro de Jesus Araújo	Titular	Campo do Laurão e Adjacências	
	Virginia Maria Ferreira	Suplente	Campo do Laurão e Adjacências	
29	Maria das Dores da Silva	Titular	Usuário Sitio São José	Maria das Dores
	Francisca Florência de C. Cardoso	Suplente	Usuário Sitio São José	
30	Francinete Ferreira Cardoso	Titular	SISMUT	
	Cleciana Maria de Siqueira	Suplente	SISMUT	
31	Paulo Marques da Silva	Titular	Coração Valente/LGBT	
	Thiago Sousa Cardoso	Suplente	Coração Valente/LGBT	Thiago Sousa Cardoso
32	Antonio Pinheiro do Nascimento	Titular	APAMA/Valparaiso	
	Antonieta Rodrigues Lima	Suplente	APAMA/Valparaiso	

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIANGUÁ

Conselho Municipal de Saúde

CMS Conselho Municipal de Saúde de Tianguá

AUDIÊNCIA PÚBLICA - 26 DE FEVEREIRO DE 2026

CONVIDADOS	
NOME	PROFISSÃO/SETOR
Jaqueline Divina Gonçalves	Coordenadora GT do Cuidar
Gisela Mª Pereira da S. Frota	coordenadora/CAPSII
Cleano Alves Araújo	ACS Centro de Saúde I
Maria Carliana de Araujo	STR
Maria Luiza Leite dos Santos	Coordenadora - Saúde bucal